

3ª Reunião Plenária do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia
15 dezembro 2003 - Ministério da Ciência e Tecnologia - Brasília - DF
15:30 às 19:00
Sumário Executivo

1) Participantes	Ministros de Estado: MCT – Roberto Átila do Amaral; MD – Embaixador José Viegas Filho; MEC – Cristóvam Buarque; MP – Guido Mantega; MI – Ciro Ferreira Gomes; SECOM – Luiz Gushiken. Representantes: Casa Civil – Swedenberger Barbosa; MS – José Hamilton; MDIC – Roberto Jaguaribe; Comunicações – Pedro Ziller. Conselheiros: Antônio Carlos Peixoto, Carlos Lucena, Hermann Wever, José Fernando Perez, Luiz Hildebrando da Silva, Ozires Silva, Roberto Santos, Cláudio de Moura Castro, Cláudio Viana, Fernando Sandroni, José Ripper Filho, Jorge Parente Frota Júnior, Marco Raupp, Entidades: Fórum Nacional de Secretários para Assuntos de C&T – Fernando Peregrino; Academia Brasileira de Ciências – Eduardo Krieger; Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – Ennio Candotti – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – Wrana Panizzi.
2) Considerações Iniciais	A pauta da reunião plenária foi dividida em quatro pontos: 1. Abertura e Mensagem do Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia; 2. Apresentações das prioridades do CCT por suas comissões temáticas e do Financiamento do Setor de C&T pelo MP; 3. Deliberação da criação da comissão temática para assuntos de interesse da Defesa e da inclusão do Fórum Nacional de Secretários Municipais da área de C&T no CCT; 4. Informes sobre as diretrizes da política industrial, tecnológica e de comércio exterior (MDIC), sobre o Programa de Modernização e Valorização das Engenharias – PROMOVE (MCT) e sobre a proposta de substitutivo ao projeto de Lei da Inovação (MCT).
3) Abertura	• O Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia presidiu a reunião e, em sua mensagem, informou sobre o recorde de descontingenciamento alcançado pelo MCT no exercício de 2003, permitindo dar continuidade a uma série de projetos e programas.
4) Apresentações	• Em seguida, tiveram início as apresentações das comissões temáticas do CCT. A <u>Comissão de Prospectiva, Informação e Cooperação Internacional</u>, coordenada pelo Conselheiro Carlos Lucena, deu especial ênfase ao papel da comissão (ela não deve se tornar um novo <i>think tank</i>, mas realizar interfaces com os grupos existentes), às lacunas existentes nos programas de C&T que exigem maior articulação do setor, à necessidade de consistência entre a política de C&T e a política industrial, em especial no que tange os ramos farmacêutico e de microeletrônica, e a necessidade de uma política de exploração científica e tecnológica para a Amazônia. A <u>Comissão de Desenvolvimento Regional e Inclusão Social</u>, coordenada pelo Conselheiro Roberto Santos, por sua vez, frisou a importância de maior articulação nas diferentes esferas de governo, bem como entre a academia e setor privado para a promoção da ciência e tecnologia no país condutora do desenvolvimento econômico e social. Ao mesmo tempo tratou da necessidade de inclusão digital, dos avanços que vêm ocorrendo na agricultura familiar e das deficiências do sistema educacional que devem ser sanadas.

4) Apresentações	Já a <u>Comissão de Acompanhamento e Articulação</u>, coordenada pelo Conselheiro Ennio Candotti, dedicou a maior parte da sua apresentação para solicitar ao Governo Federal o descontingenciamento dos recursos dos fundos setoriais, gerando, como ele mesmo se propôs, tensão à reunião. Com efeito, ele reclamou que os recursos dos fundos estão retidos em 50%, sob a forma de reserva de contingência, o que tem trazido séria insatisfação do setor privado e pode inviabilizar a meta presidencial de alcançar 2% do PIB em C&T até o final do mandato. Ressaltou que é necessária uma sinalização concreta de que esses recursos serão descontingenciados para que se possa realizar o planejamento de médio e longo prazos tão necessários para a área de C&T. Além disso, apresentou parecer jurídico, entregue ao Ministro Roberto Amaral, que aponta a pretensa "ilegalidade" de se reter os recursos financeiros do fundos setoriais. Por fim, a <u>Comissão de Sistemas de Inovação Tecnológica</u>, coordenada pelo Conselheiro Ozires Silva, apresentou propostas no sentido de utilizar o poder de compra governamental e de regulação (editar um <i>Buy Economic Act</i> brasileiro: instrumento de incentivo e proteção das empresas nacionais) para fomentar a inovação dentre as empresas de capital nacional, incentivar as empresas estrangeiras a manterem centros de pesquisa no Brasil, criar incentivos tributários para canalizar heranças e doações para as universidades e entidades de pesquisa e recapitalizar e modernizar (dar flexibilidade de ação) a FINEP. Discutiu também sobre a importância de regulamentação da Lei nº 10.637/2002 (o Projeto de Decreto já foi analisado pela SAG, tendo sido enviado a SAJ em 18/12/2003 – acreditamos que ele deva ser publicado antes do final do exercício), que trata de incentivos fiscais para a pesquisa e inovação tecnológica, tornando possível um levantamento da aplicação de recursos do setor privado em C&T, bem como da necessidade de aprovação da Lei da Inovação.																						
5) Exposição do Ministro Guido Mantega	A apresentação dos <u>Dispêndios do Governo Federal no Setor de C&T</u>, feita pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, enfatizou o aumento crescente dos dispêndios do Governo Federal, desde o ano de 2000, ressaltando o valor e percentual de crescimento expressivos previstos para 2003 e para 2004-2007 (PLOA e PPA). A tabela abaixo mostra esse desempenho. <table data-bbox="485 1464 1050 1883"> <thead> <tr> <th></th><th>ANO</th></tr> </thead> <tbody> <tr> <td></td><td>2000</td></tr> <tr> <td></td><td>2001</td></tr> <tr> <td></td><td>2002</td></tr> <tr> <td></td><td>2003</td></tr> <tr> <td></td><td>2004-2007</td></tr> <tr> <td>Valor em R\$ bilhões</td><td>1,82</td></tr> <tr> <td></td><td>2,30</td></tr> <tr> <td></td><td>2,36</td></tr> <tr> <td></td><td>2,81</td></tr> <tr> <td></td><td>4,47</td></tr> </tbody> </table>		ANO		2000		2001		2002		2003		2004-2007	Valor em R\$ bilhões	1,82		2,30		2,36		2,81		4,47
	ANO																						
	2000																						
	2001																						
	2002																						
	2003																						
	2004-2007																						
Valor em R\$ bilhões	1,82																						
	2,30																						
	2,36																						
	2,81																						
	4,47																						

5) Exposição do Ministro Guido Mantega	Índice 100 126 130 154 246 Fonte: MP Observou que os recursos destinados à C&T, por força de lei, não sofreram contingenciamento e que no caso dos fundos setoriais não houve confisco, tendo em vista que a parcela de recursos não gasta permanece como reserva, preservando um ambiente de legalidade. Explicou que a liberação total dos recursos dos fundos não será possível no curtíssimo prazo em vista de que significaria a necessidade de se contingenciar outros setores de atuação do Governo tão importantes com o do C&T. Expôs dados do MCT que mostram que em 2000 os gastos em P&D correspondiam a 1,05% do PIB, sendo 0,63% de origem do setor público e 0,42% do setor privado, considerando a importância de elevar a participação deste último. Demonstrou que em termos de execução do PPA em C&T na União, seu montante corresponde em média a 0,32% do PIB entre 2000 e 2003, devendo subir para 0,36% do PIB entre 2004 e 2007.
6) Deliberações	- O Ministro de Estado da Defesa fez uma breve explanação da proposta de criação de uma comissão temática de defesa, que deverá ocorrer em até 90 dias, para tratar, dentre outros assuntos, do programa espacial e do programa nuclear. A proposta foi prontamente aprovada pelos membros do CCT. - No que diz respeito à inclusão de representante do Fórum Nacional de Secretários Municipais da área de C&T no CCT, de início alguns Conselheiros, liderados pelo Conselheiro José Ripper Filho, se mostraram reticentes em deliberar sobre essa questão no entendimento de que se tratava de decisão do Presidente da República. Após maiores esclarecimentos sobre o encaminhamento, decidiu-se por aprovar o pleito do referido Fórum. - Foram aprovados os documentos produzidos pelas Comissões temáticas, sendo que eles seriam considerados como recomendações para ação do Governo Federal.
7) Informes	O representante do MDIC na reunião apresentou sucintamente as diretrizes da política industrial, tecnológica e de comércio exterior do Governo, que se concentram na diversificação e modernização do parque industrial, bem como no maior contato com o exterior para promover a capacitação interna e a competitividade de forma compatível com a globalização. Reconheceu o papel fundamental da inovação nesse processo e assinalou a importância de se utilizar o poder de compra do Governo. Considerou como setores prioritários os de semicondutores, software, bens de capital e fármacos, em especial no que tange ao avanço da biotecnologia. Com referência ao Programa de Modernização e Valorização das Engenharias – PROMOVE, do MCT, foi distribuído material a todos os Conselheiros para que tomassem conhecimento e se manifestassem em uma outra ocasião.

7) Informes	• Por fim, com relação ao projeto substitutivo da Lei de Inovação, o MCT explicou que o trabalho foi realizado em torno de debate com diversos setores do Governo e da Sociedade interessados na área de C&T e apresentou como principais mudanças a redução de dispositivos, eliminando-se aqueles que tratavam da gestão nas Universidades, e a transferência de tecnologia isenta de licitação. No que diz respeito a incentivos fiscais esclareceu que se estava aguardando a aprovação da reforma tributária e melhor posicionamento do Ministério da Fazenda.
8) Comentários	• O Ministro de Estado da Integração apresentou indicadores da concentração da atividade de P&D (nº de patentes e de publicações de artigos científicos) nas regiões Sudeste e Sul do país, com vistas a chamar a atenção para a necessidade de se desconcentrar regionalmente os gastos de P&D para garantir maior participação de outras regiões em termos de produção tecnológica e produtividade. • O Ministro de Estado da Educação solicitou a realização de uma reunião do CCT para tratar especificamente da reforma das universidades e do papel da educação no desenvolvimento científico e tecnológico. • Os Conselheiros criticaram o uso ineficiente e descontinuado de recursos, a falta de motivação por parte dos empresários com relação à não liberação dos fundos setoriais, a falta de espaço para o tema da biotecnologia e a ausência do Ministério da Fazenda no CCT. Sugeriram a realização de seminário fechado para tratar da política industrial e do novo projeto de Lei da Inovação. • O Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia concluiu a reunião informando que o projeto de Lei da Inovação será discutido na próxima reunião da Comissão de Sistemas de Inovação Tecnológica prevista para o dia 22 de janeiro próximo, com vistas a cumprir o prazo de submissão do projeto a Casa Civil que expira em 27 de janeiro de 2004.